

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA**

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 41ª  
(QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,**

**EM 20 DE MAIO DE 2008.**

49

341

390 *leitoras*

Publicação contida no D.O. 18-103, de 16/05/08  
Servidor Arato Matrícula: 1193437



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 94, de 03/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 41ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 35ª Sessão Ordinária;
- Ata da 40ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna na tarde de hoje é a indignação que senti ao ler uma matéria do jornal *Correio Braziliense* no último sábado. A matéria dizia respeito a uma pessoa que foi assaltada em sua casa e, ao ligar para o número 190 a fim de pedir ajuda, repetiu a ligação por cinco vezes e não foi atendida. A explicação da polícia, ao ser informada pelo jornal, foi que o tempo máximo de espera é de 10 minutos.

Ora, o número 190 existe para atender um serviço básico da população, que é a segurança pública. Um atendimento de emergência importante como esse não pode passar sequer de trinta segundos, quanto mais a polícia fornecer uma resposta oficial de que o tempo máximo de espera é de 10 minutos. Isso é brincar com os contribuintes do Distrito Federal, que pagam seus impostos de forma suada e honesta e que querem ter em troca um mínimo de dignidade no atendimento dos serviços públicos básicos.

As pessoas vão dizer que eu estou exagerando. É só se colocar no lugar de uma dessas pessoas que ligou para o 190 e não foi atendida. Imaginem se fosse um dos senhores que tivesse sua residência sendo assaltada e, na hora em que usasse o telefone para ligar para o número 190, a polícia não atendesse.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	3

Sr. Presidente Alírio Neto, que é um especialista na área de segurança pública, isso é algo muito grave. Cabe ao Governo do Distrito Federal dar uma resposta à população. Não tem sentido esperar 10 minutos para ser atendido pelo número 190. A população não merece isso! Precisa-se aumentar o número de atendentes? Aumente-se. O que tiver de ser feito, deve ser feito. O que não pode acontecer é um serviço importante como esse não dar resposta para quem necessita dele. Isso é o mínimo que se espera de um Governo!

Eu quero crer que esse seja um caso isolado, porque a população do Distrito Federal não merece isso. Tivemos no ano passado um aumento do IPTU e do IPVA, para o qual o meu voto foi contrário, e o mínimo que se deve esperar de um Governo, seja ele qual for, é que ele atenda pelo menos os serviços públicos básicos. O número 190 é usado em hora de desespero, e o mínimo que o Governo pode fazer é atender com presteza.

Espero que isso tenha uma resposta. Cabe ao Poder Legislativo fiscalizar. Aliás, o Poder Legislativo moderno é cada vez menos legislador e cada vez mais fiscalizador. Vai chegar um momento em que haverá muitas leis e não será preciso mais criá-las.

Eu, como Deputado desta cidade, com a procuração que recebi da população do Distrito Federal, quero uma resposta do Governo do Distrito Federal. É inaceitável que alguém, no momento de desespero, ligue para o número 190, de emergência da polícia, e não seja atendido. E a polícia diz que é normal um tempo de espera de 10 minutos.

Faço aqui este protesto formal e quero uma resposta formal da polícia, da Secretaria de Segurança Pública, porque isso é absurdo. Se qualquer um dos senhores ligarem para o 190 e não for atendido, provavelmente terão a mesma indignação que esse cidadão contribuinte, que paga seus impostos regularmente, teve no último sábado, como foi noticiado pelo jornal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já conversei com todos os Pares aqui e gostaria que V.Exa. colocasse em votação o Item nº 7. Trata-se de um PL de minha autoria, e já existe acordo para sua apreciação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Vamos dar prioridade, Deputado Cristiano Araújo, com certeza.

Quero aproveitar a presença aqui, neste momento, de alguns representantes da Defensoria Pública do Distrito Federal para informar que agora há pouco foi lido o requerimento de constituição da Frente Parlamentar Pró-Defensoria Pública do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	4

Federal. Quero ainda comunicar aos Parlamentares que assinaram esse requerimento que ele já está registrado. Portanto, essa frente parlamentar já existe.

Deixo claro que o objetivo dessa frente parlamentar é, sem dúvida, defender o serviço prestado por esses funcionários do Distrito Federal, especificamente tentando buscar o aumento do quadro, que é fundamental para que se possa prestar um serviço de qualidade na Defensoria Pública, e lutar, em especial e de imediato, pela criação da carreira administrativa de apoio da Defensoria Pública.

Esses são os compromissos assumidos por essa frente parlamentar, os quais, também tenho certeza, são assumidos neste momento por todos os Parlamentares que assinaram esse requerimento. Àqueles que não tiveram a oportunidade de assiná-lo por algum motivo, informamos que ainda se encontra sobre a Mesa esse requerimento. S.Exas. estão convidados a assiná-lo.

É fundamental sabermos que a Defensoria Pública é, sem dúvida, o último instante de defesa da população mais carente, que busca os seus direitos junto à Justiça. Então, tem de ter nosso reconhecimento, reconhecimento do DF e do Governo do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, próximo orador inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em outra ocasião nós falamos aqui que o Sr. Governador José Roberto Arruda havia, com muita prudência, muita propriedade, estancado uma crise que se avizinhava no sistema penitenciário. Tudo por falta – eu dizia na ocasião e replto – de habilidade do gestor do sistema penitenciário que, à época, integrava a estrutura da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

S.Exa. habilmente chamou os delegados, que são os gestores maiores do sistema, e evitou – vamos dizer assim – uma exoneração coletiva que se avizinhava. Evitou inclusive a exoneração da Sra. Diretora do Presídio Feminino, Dra. Suzana, ameaçada recentemente de nova exoneração. Tudo isso por falta de habilidade de quem tinha a gestão.

À época, o Sr. Governador determinou que se fizesse um estudo – pelos mesmos delegados que ameaçavam sair – destinado a verificar qual a melhor posição do sistema penitenciário. No dia 14 de maio, o Sr. Governador, pelo Decreto nº 29.066, nessa mesma data, voltou a colocar o sistema penitenciário na Secretaria de Segurança Pública, de onde nunca deveria ter saído para as mãos de estranhos que não sabem uma vírgula de Segurança Pública, principalmente do sistema penitenciário.

Se a Deputada Jaqueline Roriz estivesse aqui, eu dirla a S.Exa. que agora nós não seremos mais alvos de arapongas daquela Secretaria de “quinta categoria”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	5

Portanto, quero parabenizar o Governador José Roberto Arruda por ter tido a noção exata do que representa o sistema penitenciário, que deve ter o seu lugar na Secretária de Segurança Pública, repito, de onde nunca deveria ter saído para ficar nas mãos de estranhos.

Inclusive, aos agentes penitenciários que tinham medo de que a mudança pudesse obstar seu desejo de retornar à carreira de policial civil, digo-lhes, no momento, que o processo que se iniciou é irreversível. Eles retornarão à carreira policial civil, porque há um concurso de técnicos penitenciários em andamento. E eu acredito que o Governador José Roberto Arruda não voltará atrás.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero informar a V.Exa. e aos demais Parlamentares que há dois meses vim a esta tribuna e abordei a preocupação que eu tinha em função de que assessores especiais do Governador José Roberto Arruda estavam indo aos quartéis para montar uma comissão a fim de fazer o levantamento habitacional de policiais e bombeiros militares. Naquela época, eu disse que essa era uma função da SEDUMA e da CODHAB, não de policiais e bombeiros militares, que têm o dever constitucional e a prerrogativa de zelar pela vida do cidadão.

Isso depois de termos feito uma assembléia na Praça do Relógio, em que cobramos do Governo do Distrito Federal, principalmente do Governador Arruda, o cumprimento das promessas de campanha e a implementação da política habitacional. Deputado Batista das Cooperativas, inclusive, no dia seguinte também foram contempladas as cooperativas e as pessoas que têm interesse na habitação social.

Mas o que me chama a atenção é a lista divulgada pelo Governo do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial, que contempla 1.050 policiais. Eu já dizia naquela época que isso daria problemas. Realmente, uma grande parte desses profissionais contemplados, policiais e bombeiros militares, não têm pontuação suficiente para serem agraciados com a moradia, Deputado Batista das Cooperativas.

Isso é inadmissível, independentemente de fazer parte de gabinete ou ser requisitado em qualquer local, desde que esteja classificado e que esteja na listagem da SEDUMA! Por mais que tenha direitos – e nós defendemos que os 12 mil que fazem parte do débito habitacional sejam contemplados –, é realmente inadmissível que um policial militar com cinco anos de serviço, solteiro e sem nenhum dependente, receba na frente de policiais e bombeiros militares que têm cinco mil pontos na SEDUMA, na CODHAB!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	6

Mais inadmissível ainda é esses profissionais procurarem a SEDUMA, Deputado Paulo Tadeu, e os profissionais de lá, os técnicos, dizerem que não foram eles que fizeram essa listagem. Que quem fez essa lista foi o Comando da PM! Em uma reunião no Ministério Público com os Promotores de Justiça Nísio Tostes, Paulo Gomes e Mauro Faria de Lima, S.Exas. Ilgaram para o Comando da PM, que disse que não fez essa listagem.

E aí, eu quero saber e gostaria que o Sr. Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, pudesse averiguar quem fez essa listagem: se foi a SEDUMA e a CODHAB ou se foi o Comando da Policial Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar. Agora, tem de ser com transparência, como foi dito aqui há dois meses.

Não dá para aceitar que ingerências políticas ou favorecimentos, em função de ser Assessor do Governador, Administrador Regional ou Parlamentar, indiquem quem vai ganhar moradia no Distrito Federal. A política é séria ou, então, é politicagem! É política habitacional, ou querem barganhar por meio de votos ou para favorecer alguém do Governo?

Então, o que eu peço, em respeito ao Sr. Presidente da CODHAB, que é um homem sério, é transparência! E aí tem de ser esclarecido se a CODHAB e a SEDUMA tiveram participação nessa listagem.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte do Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, V.Exa falou muito bem: o Presidente da CODHAB é um homem sério e é do PSDB, meu partido. Não acredito que ele se submeta a isso. A lista deve existir, mas não podemos permitir apadrinhamentos. Eu nunca ganhei nenhum terreno do governo, apesar de ter ficado inscrito por doze anos. Diziam que um policial civil ganhava pouco para ter um apartamento e muito para conseguir uma casa. Assim, tive que me virar para conseguir os parques imóveis que hoje possuo.

V.Exa. está de parabéns! Providências devem ser tomadas. Não é assim que se produzem as coisas. Muito obrigado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Obrigado, Deputado Milton Barbosa. V.Exa. sempre tem coerência nos seus pronunciamentos.

Quanto à questão da remuneração, V.Exa. disse que os policiais civis não têm direitos em função da política habitacional de interesse social. Não sou contra o fato de os servidores públicos receberem esse benefício, nem mesmo os oficiais da Polícia Militar. Entretanto não podemos admitir que um major da Polícia Militar – que recebe quase R\$10.000,00 (dez mil reais) de salário –, solteiro, sem dependente seja agraciado e que um soldado ou cabo da mesma instituição, com cinco mil pontos na SEDUMA ou no antigo IDHAB, hoje CODHAB, não receba.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	7

Tenho aqui em mãos uma denúncia dos próprios profissionais. Eles estão entrando com uma representação no Ministério Público para que a coisa seja feita de forma transparente e séria. Nós entraremos com um mandado de segurança.

Por isso, peço que o Líder de Governo Interceda junto ao Governador do Distrito Federal e ao Presidente da CODHAB para que cancelem essa listagem. Ou, então, teremos problemas. O clima de insatisfação nos quartéis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar é muito grande.

Como pode alguém – que tem o dever de dar segurança para a sociedade e defender a legalidade e a justiça e que mora há vinte anos no Distrito Federal – não receber e assistir ao seu lado, fazendo policiamento ou salvamento nas ruas, alguém que mora há apenas quatro anos na cidade e é solteiro receber? Qual será o senso de justiça desse profissional? Como ele aplicará a lei perante a sociedade, sabendo que foi injustiçado pelo Governo do Distrito Federal?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, as considerações feitas por V.Exa., especialmente em relação ao programa habitacional, são importantíssimas. Tão importantes que o Presidente da CODHAB já se deslocou e se encontra nesta Casa aguardando V.Exa. para esclarecer todas as questões pertinentes à Companhia de Habitação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Obrigado, Deputado Leonardo Prudente.

Queremos favorecer, aliviar o Governo. Não dá para continuar como nas políticas anteriores: Deputados, administradores e assessores indicando nomes para receber o benefício. Espero que o Presidente da CODHAB tenha explicações para esclarecer o caso. Apenas para informar: o número 1.050 da lista tem 1.007 pontos. Conheço profissionais com a classificação 1.900 que já receberam e outros que, com 5.000, 4.000 e 3.000, ainda não foram agraciados. Precisamos saber dos critérios para analisarmos se essa listagem deve ou não ser cancelada.

Temos uma assembléia hoje e colocaremos esse assunto na pauta. Espero levar uma resposta para a categoria. Na última assembléia, estavam presentes cinco mil policiais e bombeiros militares. Com esse clima de insatisfação com a lista publicada no Diário Oficial, o clima ficou ainda pior. Assim, aguardo uma resposta. Vou me reunir com o Presidente da CODHAB.

Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	8

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após o pronunciamento dos Líderes, peço a V.Exa. que, se houver consenso entre os Deputados, dispensem os Comunicados de Parlamentares, entremos direto na pauta e votemos, em regime de prioridade, os itens nºs 1 e 3 da Ordem do Dia.

Apelo a V.Exa. que acrescente à pauta o Projeto de Lei nº 1.072, de 2004, de minha autoria, que “dispõe sobre a revitalização da Avenida W3 Sul na Região Administrativa de Brasília”. Se necessário, consulte os Líderes. Encontram-se na galeria funcionários e proprietários de pousadas, salões de beleza e sindicatos que acabam de ser interditados. Essas pessoas estão com seus estabelecimentos lacrados, fechados. Mais de setecentos trabalhadores estão na rua a partir de hoje. Os estudantes que vêm a Brasília para fazer concursos e ocupavam as pousadas, não têm mais onde ficar, nem aqueles que vinham se tratar ou acompanhar os parentes no Hospital de Base ou no Hospital Sarah Kubitschek.

A única possibilidade de se reverter a decisão judicial, que foi embasada na falta de alvará – V.Exa. acompanhou em 2004 aquela discussão acalorada que tivemos aqui –, é votarmos esse projeto de lei para dar oportunidade a eles de entrarem na Justiça para reverterem essa situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, qual é o número do item a que V.Exa. está se reportando?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, o projeto a que me refiro não consta da pauta. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.072/2004.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação do Deputado Leonardo Prudente e determina que o Projeto de Lei nº 1.072/2004 seja incluído na pauta como item extrapauta.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função do acordo para votarmos um projeto de cada Parlamentar, apresento o Projeto de Lei nº 282/2007, de minha autoria. Solicito que ele seja incluído na Ordem do Dia de hoje como item extrapauta e seja apreciado em primeiro turno, antes da votação dos projetos de autoria dos demais Parlamentares em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.) O Deputado Benício Tavares está de atestado médico. S.Exa. até pediu que sua ausência fosse justificada, pois compareceu a uma clínica para tratamento médico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	9

O Deputado Chico Leite também pede que sua ausência seja justificada. S.Exa. está participando de reunião na Câmara dos Deputados relativa à tramitação do Projeto de Lei nº 3.248, de 2004, que reestrutura a Justiça do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já fiz meu apelo com relação à nossa preocupação não só com o desemprego, mas também com a injustiça que sofreram essas pessoas que estão aqui na galeria; não só os comerciantes, mas os trabalhadores também.

Aproveito a oportunidade para registrar o meu pesar ao Governador Arruda pelo falecimento do seu filho adotivo Marcelo, no último domingo. Ele foi sepultado ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço minhas as suas palavras, Deputado Leonardo Prudente. Estamos enlutados, e a família dele também, porque perdeu um jovem com um futuro promissor. Inclusive estudava num seminário. Mas Deus sabe da sua vontade e da sua providência. Que Deus o tenha.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar ao Plenário que, em reverência ao luto do Sr. Governador, façamos um minuto de silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Atendendo à solicitação do Deputado Leonardo Prudente, solicito a todos que façam um minuto de silêncio.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a ausência da Deputada Erika Kokay a esta sessão. S.Exa. está participando de um fórum que está acontecendo fora do Distrito Federal. Informo também que houve a autorização desta Casa para a sua participação.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a ausência do Deputado Benício Tavares, que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	10

encontra afastado por motivo de saúde, e do Deputado Raad Massouh que, por motivo de enfermidade da sua filha, encontra-se na Síria, afastado desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, as justificativas estão registradas.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de prestar minha solidariedade ao Governador Arruda e a toda a sua família pela perda do ente querido, que ocorreu nesta semana.

Sr. Presidente, hoje pela manhã trabalhadores do DER, da NOVACAP, do SLU, do DETRAN e da TCB estiveram reunidos em assembléia em frente ao Buritinga para exigir que o Governo do Distrito Federal atenda suas reivindicações. Na semana passada, o Governador Arruda baixou um decreto que proibiu reajuste salarial para os servidores, congelou as horas extras e proibiu a contratação de concursados. O Governador Arruda alegou que o Governo está a um passo de desrespeitar os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deputado Milton Barbosa, para a nossa surpresa, ao verificarmos os números do Distrito Federal, em nenhum momento encontramos qualquer tipo de perigo de o Governo entrar naqueles limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Na realidade, esses números não são verdadeiros. Eles não condizem com a verdade que está acontecendo hoje na economia do nosso país e do Distrito Federal. Então, o Governo não pode se justificar para a sociedade dizendo que está congelando os salários, congelando conquistas e, inclusive, impedindo que servidores concursados ingressem no serviço público com a alegação de que, do contrário, estaria desrespeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos a obrigação de apurar esse fato para dar uma resposta à sociedade porque aqueles servidores não podem ficar prejudicados por um argumento que não condiz com a realidade do Distrito Federal. Hoje o Governo do Distrito Federal gasta em torno de 39 a 40% de sua receita corrente líquida com o pagamento de pessoal, quando, na realidade, o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 49%. Portanto, o valor está bem abaixo do limite estabelecido.

O que quer, na realidade, o Governo é frear o movimento dos trabalhadores, frear a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, que hoje se reúne à noite para exigir que o Governo cumpra suas promessas. É interessante que aqueles servidores não estão exigindo nada mais, nada menos, do que aquilo que o Governador prometeu durante a sua campanha eleitoral. Eles só querem que o Governo cumpra sua promessa de campanha eleitoral. Eles querem que o Governo reajuste o tíquete. Allás, o tíquete



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	11

alimentação e o plano de saúde sequer são computados para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, também quero aqui referendar e apoiar os discursos feitos pelo Deputado Milton Barbosa e pelo nosso Líder de bancada, o Deputado Cabo Patrício, com relação ao programa habitacional para os profissionais de segurança. De fato, não podemos aceitar manobras na lista para beneficiar amigos em detrimento de uma lei, de uma lista democrática e transparente, que respeite o estabelecido na política habitacional do Distrito Federal.

Sr. Presidente, quero prestar também minha solidariedade aos profissionais liberais que se encontram na galeria e que tiveram hoje os comércios fechados por decisão de um juiz. Em minha avaliação, tal decisão deveria considerar todo o impacto econômico e social que poderia acarretar à sociedade. Quero me somar ao Deputado Leonardo Prudente no sentido de aprovarmos um instrumento hoje, em regime de urgência, para garantirmos o restabelecimento dessas atividades comerciais. Esta Casa não pode virar as costas para tal demanda. Temos o dever de ouvir os anseios da população, e essa demanda é justa.

Lamentamos a decisão da Justiça, pois tal decisão só pode ser tomada em um processo de transição, e não no afogadilho. Isso causa um transtorno social muito grande. Qualquer decisão dessa magnitude deve ser feita com muita discussão, com muito diálogo, e não de maneira atropelada. Além de não beneficiar a cidade, isso prejudica o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, concordo com V.Exa. e digo a todos os que tiveram suas casas fechadas por causa dessa intervenção que o pouco de vida que resta à W3 deve-se às atividades que eles executam por meio do comércio honesto. É uma via morta. Eu me preocupo com a situação e falo isso como arquiteto urbanista.

Parabenizo V.Exa., Deputado Paulo Tadeu, por essa intervenção. Esta Casa não pode se furtar a esta discussão. Já vi a Justiça mudar de opinião em várias situações. É preciso agir e defender quem trabalha de forma honesta em uma cidade onde o desemprego cresce a cada dia. Eles geram emprego, qualidade de vida e, principalmente, abrigam com excelência e urbanidade pessoas que vêm de outros lugares. Eles mostram que Brasília não é só concreto, como muitos dizem. Temos calor humano, e o comércio e as pousadas da W3 representam isso.

Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço suas palavras, Deputado Rôney Nemer. Presto minha solidariedade ao pessoal da galeria e coloco-me à disposição na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	12

luta em defesa da abertura do comércio e de um processo de transição humano que preserve o emprego e a atividade econômica.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, eu queria falar apenas sobre o concurso público e gostaria de fazer uma pergunta ao Governo. Se não vão chamar os aprovados, por que gastar dinheiro público com um concurso? Se foi feito um concurso público, o mínimo que deveriam fazer é convocar os aprovados na seleção. Isto é brincar com as expectativas do ser humano: promovem um concurso público, as pessoas estudam, são aprovadas, e o Governo resolve não convocá-las.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Reguffe. A questão é pior: alguns candidatos foram chamados, deixaram seus outros empregos, receberam a carta da Secretaria de Educação, estão desempregados e agora não podem tomar posse diante de um decreto baseado em informações equivocadas, errôneas, pois o Governo não está correndo risco algum de desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

As palavras de S.Exa. reforçam o nosso debate. Espero que esta Casa possa dizer ao Governo do Distrito Federal que tome juízo e organize de maneira correta a questão dos concursados e a do aumento salarial dos servidores.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, reafirmo as palavras do Deputado Rôney Nemer. Essas pessoas estão paradas porque as casas delas estão fechadas. Muita gente está correndo o risco de não ter o que comer. Então, é muito importante essa discussão neste momento.

Eu sugeriria que interrompêssemos a sessão para discutirmos isso com mais delicadeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Jaqueline Roriz, quando Joaquim Roriz era Governador do Distrito Federal, o Deputado Leonardo Prudente e eu encabeçamos um enfrentamento com a fiscalização para que não fechasse os salões de beleza nem as pousadas.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Estou a par disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não estou aqui para defender as casas em que há desordem, onde funcionam prostíbulos.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Claro. Eu discuti com o Deputado Leonardo Prudente antes, falamos do mesmo projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Leonardo Prudente tem um projeto de revitalização da W3.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Desde 2004.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu também tenho um projeto. Já mandei pegá-lo.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Inclusive, levei o projeto do Deputado Leonardo Prudente para as pessoas terem conhecimento dele.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar claro a todos os comerciantes que estão na galeria que isso não é culpa da fiscalização. Digo isso porque sou fiscal.

A fiscalização recebe ordens, quem decidiu foi a Justiça e não os fiscais, Deputado Wilson Lima. Acredito que, na força da expressão “a fiscalização”, tenha havido um equívoco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Naquela época.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – A fiscalização não diz que vai fechar algum lugar. É uma ordem da Justiça. O que esta Casa tem de fazer é o que a Deputada Jaqueline RORIZ disse: assim que terminarmos os Comunicados de Parlamentares, debruçarmo-nos sobre esse assunto com uma comissão deles, para que possamos, efetivamente...

Está aqui o Líder do Governo. Essa não é uma decisão do Governo, é uma decisão da Justiça. Esta Casa é uma casa de leis, portanto pode sair uma posição da entidade Câmara Legislativa do Distrito Federal em defesa dessas pessoas, para que se dê um prazo, para que se questione, para que se veja o que pode ser feito. Não é simplesmente fechar as pousadas ou qualquer tipo de comércio com a alegação de que não podem funcionar e, assim, matar a W3. O que vai virar aquela via? O que vai ser da W3? Essa é a pergunta que fica no ar.

A lei tem muitas nuances, nas quais os advogados desta Casa podem, juntamente com os nobres Pares, chegar a uma solução e a um acordo para beneficiar a geração de emprego no Distrito Federal. O que combate a violência e as drogas é a geração de emprego e é dessa forma que temos de pensar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rôney Nemer, não estamos falando agora de fiscalização. Naquela época, foi a fiscalização.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	14

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reporto-me à fala do Deputado Rôney Nemer, quando S.Exa. refere-se aos procedimentos. Ações há neste Governo que, embora cumprindo decisões judiciais, embora corretas, pecam no procedimento. O que o Deputado Rôney Nemer disse é que tinha de haver uma transição, assim como disse o Deputado Paulo Tadeu. Não é só chegar e fechar.

É muito simples lavar as mãos, chegar e fechar. O Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, diz que há um projeto tramitando desde 2004. Por que, então, não nos ombreamos e estudamos uma solução? É importante que haja uma transição e, não, sobressalto com as pessoas. As pessoas estão tendo suas vidas mudadas de um dia para o outro.

Estou com o Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Rôney Nemer e com aqueles que queiram realmente fazer cumprir a decisão judicial, sim. Agora, em termos, sem sobressaltos para as pessoas.

Muito obrigado.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou chegando aqui agora. Nós estávamos em uma audiência, na Novacap, sobre o acordo trabalhista feito para ser levado a termo na Procuradoria do nosso Governo do Distrito Federal, mas fique sensibilizado, não só com a questão do pessoal da W3, como também do pessoal do Pôr-do-sol e Sol Nascente.

Todas as madeiras e casas de material de construção foram fechadas. Cerca de vinte e cinco empresas, que geravam mais de 250 empregos diretos nesta cidade, com geração de impostos, também foram fechadas. Eu quero dizer aos senhores que nós estamos solidários à causa de vocês. Tudo o que gera emprego em uma cidade, tudo o que traz um benefício, nós não podemos ser contra; temos de ser favoráveis.

Pego aqui à Liderança do Governo, na pessoa do Deputado Leonardo Prudente, que se preocupa com a justa causa das pessoas humildes dessas cidades, para que juntemos esse coro com todos os Parlamentares e juntos encontremos, com o Governador, uma solução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria apenas de fazer um pedido a V.Exa. para incluir, extrapauta, os PDLs 212, de 2003; 215, de 2003; 239, de 2003; e 243, de 2003, de minha autoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	15

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – De acordo. Incluo na pauta do dia.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, para falar nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; comunidade de Brasília, que tantas vezes vem a esta Casa assistir as nossas reuniões e participar delas, uma vez que esta é a Casa do povo; amigos da imprensa; assessores da Casa, essa questão no Distrito Federal, da defesa da geração de empregos de um lado, e de outro lado a da eliminação de empregos, está nos levando a defender que temos de ter uma linha mais consistente de discussão em todos os âmbitos aqui da Casa, em todas as comissões, do que é esta nossa Capital. Uma coisa é a Brasília concebida há tantos anos, que queremos que seja preservada para manter as nossas condições de qualidade de vida. Outra coisa é a Brasília cidade viva.

Por exemplo, quando se implica com os comerciantes da W3, no setor de residências, querendo que fechem de uma hora para outra as pensões, os salões de cabeleireiros, as atividades lícitas que ali funcionam porque ali não é o local para isso, eu me pergunto: quantas coisas da cidade estão aí e foram consagradas? Porque na geografia das cidades, toda cidade nasce conforme uma concepção, mas ela vive, e nessa sua vivência, à medida que passam os anos, vai tomando determinadas delimitações que são os anseios, os desejos e as necessidades da população. Não há cidade nenhuma no mundo que permaneça absolutamente igual ao desenho inicial, que não tenha sofrido mudanças para se adaptar. Não se apressem em dizer que estou contra o tombamento de Brasília, não é isso.

A W3, todos nós conhecemos, e vai ser hipocrisia aqui se alguém disser que ainda não indicou as pensões da W3 a uma pessoa conhecida, sem posses, que vem dos nossos estados, principalmente nós que somos do Nordeste ou do Norte, como é o meu caso. Quando a pessoa diz: "estou indo, não tenho onde me hospedar", nós indicamos as pensões da W3, em que há preços realmente simbólicos, baratos, e as pessoas podem ficar. E mais, ficar perto, pois saem dos seus estados com sacrifício para resolver problemas, muitas vezes de servidor público, que a burocracia estatal não resolve se ele não vier lá da sua longínqua cidade para penar na porta dos Ministérios, na tentativa de resolver o seu problema. Não são pessoas que podem pagar hotel, não são pessoas que têm parentes para se hospedar. Todos nós já fizemos essa indicação.

Agora, em respeito ao plano da cidade, que se diga o que deve ser aquela face da edificação que está aberta para a rua, para não ficar uma coisa tão feia e descaracterizar o desenho do plano inicial.

Engaçado! As pessoas que combatem essa situação não se lembram de que isso acontece por causa de uma coisa que a cidade rejeitou. O que a cidade rejeitou? Era



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	16

para as próprias lojas da W3 terem a frente voltada para as quadras. Pelo plano Inicial, aquilo que é a frente hoje na W3 era apenas para área de carga e descarga. Não era a entrada. Mas não deu certo. Por quê? Porque essa concepção não foi aceita pela população.

Então, volto à teoria da geografia urbana. As cidades são planejadas, nascem, crescem, adaptam-se, algumas morrem e algumas desaparecem. E como não queremos que Brasília desapareça, temos de continuar aplicando sangue nas veias em todos os seus setores. Penso que a questão não é só dizer "fica como está" ou "não fica como está". Primeiro, o comércio ali é consagrado.

Na legislatura passada, todos nós aqui estivemos envolvidos nessa discussão quando aprovamos um projeto de lei. Participamos de muitas atividades e ações para defender a W3. Agora, ninguém fica aqui todo o dia falando dos edifícios das quadras em que fizeram salão de festa embaixo, onde não era possível fazer; em cercadinhos que puseram para que as pessoas não passassem por baixo dos edifícios, para irem de uma área para outra, como era o plano original, tal qual o da W3. Mas vão se incomodar exatamente com quem ganha o seu sustento e gera emprego.

Sr. Presidente, penso que realmente temos de combater, mas esse é um caso diferente do dos ambulantes. Foi feito um local apropriado para que eles possam vender. Mas pensão não se coloca num *shopping*. Não pode ser construído um *shopping* para colocar todas as atividades comerciais que a W3 desenvolve. Ou elas são desenvolvidas lá ou não existem.

Vamos dar direito também ao pobre de visitar Brasília, hospedar-se numa pensão, pagar pouco, mas conhecer bem a cidade e voltar feliz com a sua família, e àquele servidor público que vem para cá. Quantos começam a vida em Brasília, trabalhando e sendo morador de uma dessas pensões até o dia em que conseguem emprego permanente e vão morar em outro lugar?

Então, a luta do comércio da W3 é uma luta que deve envolver os 24 Deputados desta Casa. Não é assim e não pode ser assim que devemos resolver. Deve ser uma luta que envolva todos nós que fomos eleitos para defender a população do Distrito Federal, a população trabalhadora, a população que vive do seu suor, que vive realmente do seu trabalho.

Muito obrigada.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lembrando e aproveitando a fala da Deputada Eurides Brito, eu gostaria de dizer que quem conheceu os primórdios de Taguatinga se lembra muito bem de que, na avenida comercial, só havia comércio de um lado. Há muito tempo, o comércio também foi implantado do outro lado da avenida. Então, o raciocínio é o mesmo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	17

A W3 poderia ter uma vida completamente diferente, se não fosse o tombamento que a Deputada Eurides Brito citou e se fosse implantada realmente uma atividade econômica do outro lado, como é a atividade dos senhores. Eu não vejo prejuízo nisso, como a Deputada Eurides Brito e as pessoas que aqui estão também não viram. A questão é apenas sabermos como implementar.

Portanto, esta Casa está à disposição para encontrar a melhor solução.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Esta Presidência, conforme solicitado, irá se reunir com os Parlamentares para tirar as dúvidas quanto às ocupações dos lotes dos policiais, bem como ouvir os empresários da W3.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h45min, a sessão é reaberta às 17h43min.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU)** – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 94, de 03/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 41ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista a questão da brevidade do dia 5 de junho, solicito a V.Exa. que inclua na pauta da Ordem do Dia o Requerimento nº 964, de 2008, de minha autoria, que requer a transformação de sessão plenária do dia 5 de junho em comissão geral, para discutir a possibilidade do retorno dos ônibus para transporte específico de servidores públicos do Governo do Distrito Federal, para procedermos a sua votação.

Sobre o mesmo tema, está parado há um ano o Requerimento nº 230, de 2007, de autoria de vários Deputados – inclusive V.Exa. é signatário – sobre a constituição de uma Comissão Especial para discutirmos os atuais problemas da Novacap e sugerirmos soluções ao Governo do Distrito Federal para os problemas prementes, para não haver um caos e a perda de emprego daquelas pessoas. V.Exa. tem dado uma contribuição significativa para os servidores públicos. Peço a V.Exa. que inclua na pauta da Ordem do Dia esse requerimento também.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir prioridade ao item nº 7 da pauta, votação de um projeto de lei de minha autoria em segundo turno. Então, peço que, tão logo votemos a prioridade do Governo, votemos esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Na reunião dos Parlamentares ocorrida aqui ao lado do plenário, foi acordado que a prioridade na tarde de hoje é o projeto que trata da questão relacionada à expedição de alvarás, até para tentar solucionar a situação daqueles que estão com seus comércios fechados. Então, está sendo preparado um texto em cima de um projeto já existente do Poder Executivo que chegou semana passada a esta Casa, para aprovarmos aqui no plenário.

Enquanto isso, alguns Parlamentares estão pedindo para aprovarmos projetos de decreto legislativo e também os requerimentos já citados aqui pelo Deputado Brunelli.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	19

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu poderia fazer uma sugestão de encaminhamento para melhor condução de trabalhos?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Pois não.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Vamos apreçar os PDLs e o meu PLC, sobre o qual já conversei com todos os Parlamentares e há acordo. Quando chegar o projeto do pessoal da W3, nós o apreciamos. É interesse nosso e meu apreciar esse projeto deles, mas vamos encaminhar os trabalhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concordamos.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu quero apenas fazer um pedido. Eu havia pedido a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 239/03, mas há uma dificuldade em achá-lo nos gabinetes para relatar. Então, eu gostaria de substituí-lo pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 228/03, porque o que eu havia pedido e que já havia sido acordado não se está achando, e eu tenho um outro para substituir. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato sua solicitação.

Está bem claro para nós que não há *quorum* no plenário. A primeira coisa que temos de fazer aqui é pedir ao Sr. Secretário que faça a chamada nominal dos Parlamentares para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP			
BENÍCIO TAVARES - PMDB		/	
BERINALDO PONTES - PP		/	
BISPO RENATO - PR	/		
BRUNELLI - DEM	/		
CABO PATRÍCIO - PT	/		
CHICO LEITE - PT		/	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	/		
DOUTOR CHARLES - PTB	/		
ÉRIKA KOKAY - PT		/	
EURIDES BRITO - PMDB	/		
JAQUELINE RORIZ - PSDB	/		
LEONARDO PRUDENTE - DEM	/		
LUZIA DE PAULA - PSL			
MILTON BARBOSA - PSDB	/		
PAULO RORIZ - DEM		/	
PAULO TADEU - PT	/		
PEDRO DO OVO - PMN	/		
RAAD MASSOUH - DEM			
REGUFFE - PDT	/		
ROGÉRIO ULYSSES - PSB			
RÔNEY NEMER - PMDB	/		
WILSON LIMA - PR	/		
ALÍRIO NETO - PPS			
TOTAL	14	2	

  
SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Encontram-se em plenário 14 Deputados. Há *quorum* para deliberação.

Conforme estabelecido pelos Líderes, apreciaremos em bloco os requerimentos. Os PDLs não, porque neste caso há necessidade de verificar se receberam ou não os pareceres nas comissões.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, chamo para apreciação o Requerimento nº 230, de 2007, e o Requerimento nº 964, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acatou a solicitação do Deputado Brunelli, que propôs a apreciação do Requerimento nº 230, de 2007, e do Requerimento nº 964, de 2008.

O Requerimento nº 230, de 2007, "requer nos termos do art. 71, § 1º e § 2º, combinado com o art. 135, inciso III, c, a adoção das providências necessárias para a constituição de Comissão Especial, com a finalidade de discutir os problemas e apontar soluções para a revitalização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP".

O Requerimento nº 964, de 2008, "requer a transformação da sessão plenária do próximo dia 5 de junho em Comissão Geral para discutir a possibilidade do retorno dos ônibus para o transporte específico de servidores públicos do Governo do Distrito Federal".

Apreciaremos esses itens extrapauta, juntamente com os itens nº 26, 27 e 28, constantes na pauta da Ordem do Dia de hoje, em bloco. Logo em seguida, apreciaremos o projeto de V.Exa., pois já que se trata de um projeto de lei complementar, são necessários 13 votos "sim". Por isso, estamos aguardando a chegada de mais Deputados para ter a segurança da aprovação do projeto de V.Exa, Deputado Cristiano Araújo.

Dá-se Início à

#### ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 230, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "requer, nos termos do art. 71, § 1º e § 2º, combinado com o art. 135, inciso III, c, a adoção das providências necessárias para a constituição de Comissão Especial, com a finalidade de discutir os problemas e apontar soluções para a revitalização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 964, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "requer a transformação de sessão plenária do próximo dia 5 de junho em Comissão Geral para discutir a possibilidade do retorno



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	21

dos ônibus para o transporte específico de servidores públicos do Governo do Distrito Federal”.

Item 26:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 949, de 2008, de autoria de vários Deputados, que “requer a realização de audiência pública no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 12/08/2008, às 9 horas, para debater o Projeto de Lei nº 715, de 2008, que institui a Política Distrital para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida normas de proteção e dá outras providências”.

Item 27:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 899, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “requer a retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2006, que concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Benedito Barbosa Gomes”.

Item 28:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 953, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a realização de audiência pública no plenário desta Casa, no próximo dia 26 de maio, às 15 horas, com objetivo de discutir a questão da violência intrafamiliar no DF”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos estão aprovados com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os técnicos estão construindo o projeto fruto do desmembramento do Projeto de Lei nº 851, de 2008, que trata dos alvarás de funcionamento para fins de adequação, para atender à comunidade da W3. Há acordo, inclusive com a oposição, para apreciação dos itens nºs 1 e 3 da pauta. Então, solicito a V.Exa. que intercale um projeto do Governo com um projeto de Deputado, assim sucessivamente até que chegue o Projeto de Lei nº 851 para fins de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Leonardo Prudente. Conforme desejo da ampla maioria do Plenário, que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	22

soma ao desejo de V.Exa., iremos apreciar o projeto do Deputado Cristiano Araújo e os projetos de decreto legislativo, conforme solicitado pelo Deputado Rôney Nemer e demais Parlamentares. No caso dos projetos de decreto legislativo, cada um recebe um parecer. Portanto, vamos apreciá-los um a um. Não há como os apreciarmos em bloco.

O Deputado Rôney Nemer está solicitando que os projetos de decreto legislativo sejam apreciados em bloco, verificados os pareceres e a tramitação de cada um deles. Portanto, se houver acordo de líderes e uma concordância após avaliação por parte da assessoria técnica de plenário, acatarei a questão de ordem de S.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na pauta de amanhã o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Luzia de Paula, poderemos apreciá-lo hoje porque temos o acordo de apreciar outros projetos amanhã.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Melhor ainda, Sr. Presidente!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não ouvi a resposta de V.Exa. à minha questão de ordem. Na forma que já fizemos, podemos começar com um projeto de Parlamentar e seguir com um do Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sr. Deputado, esta Presidência já acatou a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na quinta-feira passada foi deferida uma solicitação de apreciação dos projetos de decreto legislativo de nossa autoria que já tramitaram na Casa. São eles os de nºs 585, 586, 587, 588, 589, 590 e 591. Esses projetos já tramitaram e deveriam constar na Ordem do Dia, porque isso foi acatado pela Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	23

Eu gostaria de relembrar essa questão, tendo em vista que algumas modificações serão feitas sobre a questão dos projetos de decreto legislativo na Casa. No entanto, esses já estão tramitando desde 2003.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Brunelli, esta Presidência encaminhará os trabalhos de maneira a equilibrarmos a votação dos projetos de decreto legislativo. Não é possível que apreciemos dez projetos de autoria de um Parlamentar, e um ou nenhum de autoria de outro Parlamentar. Vamos, portanto, equilibrar o número de projetos de decreto legislativo para cada Parlamentar. Dessa forma, não teremos dificuldade em apreciar todos na Ordem do Dia. Quando a assessoria passar à Presidência os projetos de decreto legislativo sugeridos, verificaremos se há um equilíbrio entre todos os Parlamentares.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2007, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Regimento Interno da Casa é muito claro quando fala que, quando os projetos já tramitaram, precisam figurar na Ordem do Dia. Não estou pedindo nada a mais, nada a menos que o direito regimental desta Casa.

Então, eu gostaria que a minha solicitação quanto aos projetos que já tramitaram e estão desde 2003 parados seja analisada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Item nº 7:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a utilização de precatórios judiciais decorrentes de ações judiciais contra o Distrito Federal, suas autarquias e fundações para compensação dos pagamentos que especifica, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CEOF

Deputado Batista das Cooperativas - CAF

Deputado Brunelli - CCJ

Esse projeto recebeu uma emenda de segundo turno. Portanto, as comissões deverão se pronunciar em relação a essa emenda: a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; a Comissão de Assuntos Fundiários; e a Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	24

Constituição e Justiça. Indicaram a Comissão de Assuntos Fundiários, mas o correto é a Comissão de Assuntos Sociais.

Esta Presidência gostaria de chamar a atenção dos Líderes quanto a esse projeto. No início de sua tramitação, ele recebeu pareceres de três comissões: a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; a Comissão de Assuntos Fundiários; e a Comissão de Constituição e Justiça. Surgiu uma dúvida referente à Comissão de Assuntos Sociais, em função de se tratar de servidor público. Porém, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças também trata da mesma matéria. Como no projeto propõe-se, inclusive, o pagamento de imóveis alienados, a Comissão de Assuntos Fundiários deve também dar o parecer.

Sendo assim, na ausência do seu Presidente, o Deputado Benício Tavares, solicito ao Deputado Berinaldo Pontes que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à Emenda nº 1, de segundo turno, relativa ao Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a utilização de precatórios judiciais decorrentes de ações judiciais contra o Distrito Federal, suas autarquias e fundações para compensação dos pagamentos que especifica, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, somos favoráveis a essa emenda.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator, o Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda nº 1, de segundo turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a utilização de precatórios judiciais decorrentes de ações judiciais contra o Distrito Federal, suas autarquias e fundações para compensação dos pagamentos que especifica, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	25

O parecer desta Comissão é pelo acatamento da referida Emenda nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Deputado Pedro do Ovo que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda nº 1, de segundo turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a utilização de precatórios judiciais decorrentes de ações judiciais contra o Distrito Federal, suas autarquias e fundações para compensação dos pagamentos que especifica, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos favoráveis à Emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEF  CAS  CDDH  CEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 32/07  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): Cristiano Araújo

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	-			X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	-			X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-			X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	-			X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	DEM	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	-			X	
	RÉGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	-			X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	-			X	
	<b>TOTAL</b>	---	16			04	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 20/05/2008

SECRETÁRIO DEP. Beuren

CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_

ASSINATURA

MAT. \_\_\_\_\_

ASSP/ \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a utilização de precatórios judiciais decorrentes de ações judiciais contra o Distrito Federal, suas autarquias e fundações para compensação dos pagamentos que especifica, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua, na Ordem do Dia, o Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2008, de minha autoria, para que seja apreciado ainda nesta tarde, junto aos demais PDLs.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito à Assessoria de Plenário que organize esses projetos de decreto legislativo para que possamos votá-los sem nenhum tipo de equívoco.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos Pares a compreensão e o apoio nesse projeto de lei que vai corrigir uma injustiça, já que o Governo do Distrito Federal, por vários anos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	27

emite vários precatórios para milhares de pessoas e categorias. Muitas pessoas já morreram e não receberam esse direito. Então, esse projeto visa reparar esse erro que foi feito com a sociedade de Brasília.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou reformular minha solicitação para que, ainda nesta sessão, V.Exa. possa acrescentar na pauta os dois projetos de decreto legislativo nºs 590 e 591.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Vamos aguardar a Assessoria de Plenário trazer a lista de PDLs para apreciação nesta sessão e também o projeto que trata dos alvarás. Enquanto isso, passe-se ao Item nº 1, tendo em vista que já foi feito acordo.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CEOF

Deputado Pedro do Ovo - CES

Deputado Brunelli - CCJ

Informo aos Parlamentares que o referido projeto recebeu cinco emendas de plenário. Portanto, as comissões deverão se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas ao referido projeto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 ao Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

A Emenda nº 5 foi retirada pelo autor.

Nosso parecer é pelo acatamento das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 6.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	28

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre as emendas apresentadas ao referido projeto.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde às emendas de segundo turno ao Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos favoráveis às Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 6.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas apresentadas ao referido projeto.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas de segundo turno ao Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos favoráveis às Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 6.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	29

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 74/08
- PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_
- RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_
- REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_
- OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

(Executivo)

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LETTE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	DEM	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	16			16	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APECIADA REDAÇÃO FINAL EM 20/05/2008

SECRETÁRIO DEP. BRUNELLI

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 1384

ASSP/PLC Nº 74/08

FOLHA Nº 27/116



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do Interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a assessoria do Deputado Paulo Roriz, que está em outras atividades, pediu-me para que fosse incluído como item extrapauta, se possível, com aquiescência de V.Exa., o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2008; o Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2008; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço uma consulta ao Plenário da Casa, pois estamos votando somente projetos de Deputados presentes. Se todos concordarem, não há problema.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rôney Nemer solicitou que o projeto de decreto legislativo que concede título de Cidadão Honorário ao Dr. Rogério Vilas Boas, já votado, seja substituído pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	31

Ratificando, S.Exa. está solicitando a substituição do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2003, pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Diante do acordo entre os Líderes, colocaremos em votação, em bloco, os seguintes projetos de decreto legislativo:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Eduardo Rangel de Alckmim".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Vicky Tavares".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Adelson Júlio Cardoso".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Reinaldo Teixelra Vieira".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Clarindo Carlos da Rocha".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Júlio César Mota".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2007, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Juiz de Direito José André Casas Garcia".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	32

Item nº 21:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. César Augusto Gonçalves, Presidente da BRASILIATUR – Empresa Brasillense de Turismo".

Relatores: Deputado Cabo Patrício - CAS  
Deputado - CCJ

Item nº 22:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Hélio Fernandes".

Relatores: Deputado Wilson Lima - CAS  
Deputado Pedro do Ovo - CCJ

Item nº 23:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Profa. Sílvia H. Cyntrão".

Relatores: Deputado Wilson Lima - CAS  
Deputada Eurides Brito - CCJ

Item nº 24:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 583, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Ademar Machado de Paiva".

Relatores: Deputada Luzia de Paula - CAS  
Deputado Aylton Gomes - CCJ

Item nº 25:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Alessandro Fabrício Clemente Paiva".

Relatores: Deputada Luzia de Paula - CAS  
Deputado Milton Barbosa - CCJ

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	33

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Pastor Luiz Carlos Rocha Oliveira".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Pastor Paulo César de Lima Gomes".

Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 243, de 2003; 215, de 2003; 212, de 2003; 104, de 2008; 133, de 2008; e 113, de 2008.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 243, de 2003; 215, de 2003; 212, de 2003; 104, de 2008; 133, de 2008, e 113, de 2008.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não há nenhum óbice em relação às matérias. Assim, recomendamos a admissibilidade desses projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei contra os projetos de decreto legislativo que concedem títulos de Cidadãos Honorário por coerência, pois sempre assim procedo nesta Casa.

Penso que não deveria ser função do Poder Legislativo a concessão de títulos de Cidadão Honorário. Votarei contrariamente a todos os referidos projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão o parecer aos projetos de decreto legislativo. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares. Houve 1 voto contrário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	34

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 243, de 2003; 215, de 2003; 212, de 2003; 104, de 2008; 133, de 2008; 113, de 2008, e 110, de 2008.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos PDLs nºs 243, de 2003; 212, de 2003; 104, de 2008; 133, de 2008; 113, de 2008; 215, de 2003, e 110, de 2008.

Como a esta Comissão de Constituição e Justiça cabe apenas analisar a constitucionalidade da matéria, não há como deixar de acolher os processos com o parecer da CAS já devidamente aprovado por este Plenário.

Encaminhamos a matéria, pois, com o parecer de admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

Em discussão, em bloco, em turno único, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 18, de 2007; 133, de 2008; 104, de 2008; 590, de 2006; 212, de 2003; 591, de 2006; 243, de 2003; 110, de 2008; 62, de 2007; 69, de 2007; 583, de 2006; 584, de 2006; 215, de 2003 e 113, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os PDLs permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os PDLs estão aprovados com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do Interstício regimental para a Imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Wilson Lima, a Assessoria de Plenário solicitou à Presidência que aguarde a organização dessas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	35

redações finais para que as apreciemos na tarde de amanhã. Portanto, não será possível acatar a solicitação de V. Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA – De qualquer forma, agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Item nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "desafeta área pública de uso comum do povo no Setor de Habitações Individuais Sul - SHIS, da Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI e dá outras providências".

Relatores: Deputado Benício Tavares - CAF

Deputada Eurides Brito - CCJ

Solicito ao Deputado Leonardo Prudente que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "desafeta área pública de uso comum do povo no Setor de Habitações Individuais Sul - SHIS, da Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, o Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008, responde aos requisitos de necessidade, oportunidade e conveniência, devendo, portanto, ser aprovado quanto ao seu mérito.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Assuntos Fundiários está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008, de autoria do Poder Executivo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	36

que "desafeta área pública de uso comum do povo no Setor de Habitações Individuais Sul - SHIS, da Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI e dá outras providências".

Sr. Presidente, evidentemente que, pelo teor da matéria, este projeto tinha que ser originado do Executivo. Aliás, este assunto já foi devidamente discutido nesta Casa. Na primeira vez que este projeto foi apreciado por esta Casa, ocorreu um vício de iniciativa. E agora o Governo volta com o projeto, encaminhando-o para desafetar, nos termos que a própria justificativa apresenta. Na justificativa, os lotes foram vendidos em licitação pública. O Governo, ao vendê-los em licitação pública da TERRACAP, cometeu um equívoco, porque não havia feito a regularização do setor para a mudança da destinação de área. Depois de vendidas, as habitações construídas não receberam o Habite-se. Agora, o Governo corrige o seu próprio equívoco, mandando a esta Casa uma mensagem. Os moradores estão ali há quatro, cinco anos em uma vida de dúvidas sobre se dormem e acordam no mesmo lugar, ou se terão o mesmo destino que outros comerciantes e outras pessoas no Distrito Federal têm tido.

Portanto, a desafetação de área vem para legalizar uma questão que a própria TERRACAP provocou, porque não poderia ter vendido sem que houvesse a desafetação da área. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 69/08  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BERINALDO PONTES	PP				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	DEM	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	REGUFFE	PDT				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	<b>TOTAL</b>	---	13			11	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2008

SECRETÁRIO DEP. Brunelli  
CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_

MAT. \_\_\_\_\_

ASSP/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2008

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue para apreciação em segundo turno na próxima semana.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos Deputados para que não deixem o plenário. Há apenas 13 Parlamentares presentes. É o número mínimo necessário para deliberação. Há o projeto que trata da emissão de alvarás para atender a comunidade da W3, que está aguardando desde as 14h a apreciação desta Casa.

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 851 já está pronto, e o requerimento também. Estamos protocolando essa proposta nesse momento. Pedimos aos Deputados que assinem o projeto para que ele seja colocado imediatamente em apreciação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Passaremos à apreciação da proposição que trata da emissão de alvarás.

Eu já acatelo pedido de V.Exa. que sugere a inclusão desta matéria na Ordem do Dia como um item extrapauta. Há o requerimento a ser lido sobre o Projeto de Lei nº 851, de 2008. Portanto, de acordo com a solicitação do Deputado Leonardo Prudente, incluímos esta matéria na Ordem do Dia como item extrapauta.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência informa aos nobres Pares que foi incluído na pauta da Ordem do Dia o Requerimento nº 965, de 2008, que requer o destaque para constituição de projeto em separado dos arts. 1º a 9º e 12 a 38 do Projeto de Lei nº 851, de 2008.

Neste momento, submeto à apreciação deste Plenário.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 965, de 2008, de autoria de vários Deputados, que “requer o destaque para constituição de projeto em separado dos arts. 1º a 9º e 12 a 38, do Projeto de Lei nº 851, de 2008”.

É o seguinte o requerimento:



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 985/2008 (De Vários Deputados)

**Requer o destaque para constituição de projeto em separado dos arts. 1º a 9º e 12 a 38, do Projeto de Lei nº 851, de 2008.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 173 do Regimento Interno desta Casa, requeremos a constituição de projeto de lei em separado dos arts. 1º a 9º e 12 a 38 do Projeto de Lei nº 851, de 2008, passando o referido PL a ser constituído na forma do anexo a este requerimento.

### JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento objetiva a constituição de novo projeto de lei a partir de dispositivos que ainda não foram suficientemente analisados para aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado **ALÍRIO NETO**

Deputado **BERINALDO PONTES**

Deputado **BISPO RENATO**

Deputado **BENÍCIO TAVARES**

Deputado **BATISTA DAS COOPERATIVAS**

Deputado **CRISTIANO ARAÚJO**

Deputado **BRUNELLI**

Deputado **CABO PATRÍCIO**

Deputado **CHICO LEITE**

Deputado **PAULO TADEU**

20 / 05 / 08  
*Costa*  
 Assessoria de Plenário

11

*Costa*

**Deputada ERIKA KOKAY**

*Esilva*  
**Deputada EURIDES BRITO**

**Deputada RAAD MASSOUH**

*Dr. Charles*  
**Deputado DR. CHARLES**

*Jacqueline Roriz*  
**Deputada JAQUELINE RORIZ**

*Leonardo Prudente*  
**Deputado LEONARDO PRUDENTE**

**Deputado MILTON BARBOSA**

**Deputado PAULO RORIZ**

**Deputada LUZIA DE PAULA**

**Deputado REGUFFE**

**Deputado ROGÉRIO ULYSSES**

**Deputado RONEY NEMER**

**Deputado WILSON LIMA**

**Deputado PEDRO DO OVO**

*[Large handwritten signature]*

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PROJETO DE LEI Nº 851, DE 2008  
(Do Poder Executivo)**

**Dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

**Art 1º** Será expedido Alvará de Localização e Funcionamento de Transição, nos seguintes casos:

I - estabelecimento que possua Alvará de Funcionamento a título precário, expedido por ato da Administração Pública anterior a esta Lei, dentro do prazo de validade, cuja atividade se encontra em desconformidade com o uso previsto em legislação urbanística;

II - edificação que não possua Carta de Habite-se;

III - imóvel onde se pretende desenvolver a atividade econômica inserido em área passível de regularização;

IV - em parcelamentos considerados de interesse público.

**Art. 2º** Para aplicabilidade do artigo anterior, são definidos os seguintes prazos de validade para Alvarás de Localização e Funcionamento de Transição:

I - 01 (um) ano, prorrogável por igual período, para os estabelecimentos inseridos no inciso I, contado a partir do término da validade do Alvará de Funcionamento a título precário;

II - 04 (quatro) anos, para os estabelecimentos inseridos no inciso II.

**Parágrafo único.** Para os estabelecimentos inseridos nos incisos III e IV, o Alvará de Localização e Funcionamento de que trata o artigo anterior poderá ser renovado anualmente, até o registro cartorial do projeto urbanístico da área.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 13 Deputados.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Conforme o requerimento aprovado com os destaques apresentados, o Projeto de Lei nº 851, de 2008, recebeu o substitutivo. Vai, portanto, à apreciação das Comissões o substitutivo fruto do requerimento aprovado por este Plenário.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 851, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Leonardo Prudente para emitir parecer ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 851, de 2008.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 851, de 2008, que “dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Considerando que o projeto foi desmembrado pelo requerimento aprovado aqui pelos Srs. Deputados, na parte destacada, que diz respeito ao PL nº 851, o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo apresentado por vários Deputados e Deputadas.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	39

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 851, de 2008, na forma do seu substitutivo.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria, para atender as demandas trazidas aqui pelos comerciantes e empresários da W3.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao substitutivo, de autoria de vários Deputados, do Projeto de Lei nº 851, de 2008, que "dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

O parecer, pela urgência e necessidade do que vemos hoje na nossa cidade e no Distrito Federal, em especial na W3 Sul, é pela admissibilidade do substitutivo na forma apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 851, de 2008, na forma de seu substitutivo.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezado público que aqui prestigia esta sessão, antes de relatar, meu nobre Líder, gostaria de dizer à platéia o seguinte: nós não estamos votando porque a galeria encheu; essa não é a finalidade desta Casa. Nós estamos votando porque essa é uma questão de justiça. Acho que por isso é uma data realmente histórica, pois nós todos concordamos, por unanimidade. Não houve cor partidária, não houve atuação maior ou menor de Parlamentar, foi uma atuação conjunta para se fazer justiça. E a Casa do povo deve existir para isso.

Veio uma Mensagem governamental a esta Casa e, em cima desta, foi apresentado um substitutivo ao Projeto de Lei nº 851, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências", assinado por todos os Deputados presentes. Nele se estabelece a figura do Alvará de Localização e Funcionamento de Transição, elencam-se os casos e apresenta-se um parágrafo único



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	40

que faz a excepcionalidade na questão da inexistência de alvará anterior para os casos específicos da W3 Sul, solucionando, portanto, o problema.

Isso foi possível graças ao trabalho dos Parlamentares e dos assessores dos partidos, que foram rápidos na elaboração desse substitutivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, examinando a matéria, vimos que foram atendidas as prerrogativas necessárias para que possamos emitir parecer pela sua admissibilidade, falando pela Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o PL nº 851/08. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sugiro a V.Exa. que seja encerrada a presente sessão e convocada sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para que possamos apreciar esse projeto em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Diante da emergência e da urgência de tal matéria, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa., Deputado Leonardo Prudente.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação de Item único: Projeto de Lei nº 851, de 2008, em segundo turno.

Feita a convocação de sessão extraordinária, está encerrada a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20   05   2008	15h45min	41ª ORDINÁRIA	41

(Levanta-se a sessão às 19h02min.)